

**LEANDRO MAZZINI**  
**COLUNA**  
**ESPLANADA**



## ESQUENTA-PLACA

■ Conhecido como um país de milhares de receptores de veículos roubados em estados fronteiriços como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Bolívia assiste a um descalabro. O senador boliviano Omar Aguilar acaba de apresentar no Parlamento uma proposta de lei para legalizar os carros sem identificação que circulam no País. São chamados de “autos chutos”. A desculpa é “necessidade social” e maior “arrecadação” para o governo boliviano. Mas a Polícia Nacional de lá e as polícias dos estados brasileiros sabem que o termo é “esquentar placa” de carro roubado - muitos deles são provenientes do Centro-Oeste brasileiro, apontam policiais.

### No Mato Grosso

■ Levantamento da coluna junto a Secretarias de Segurança mostra altos números de roubo. No Mato Grosso do Sul foram 449 veículos (carros e motos) roubados este ano até outubro. Ano passado todo, o número fechou em 639.

### DF lidera

■ De janeiro a outubro deste ano, o Distrito

Federal registrou 2.891 roubos, frente a 3.413 registros em igual período do ano passado. Houve redução de 15,3%.

### No MS

■ No Mato Grosso, de janeiro a outubro, houve 1.575 roubos. No mesmo período do ano passado, o estado contabilizou 1.892 roubos. Goiás faz auditoria nos seus dados.

## CAMBURÃO NA PISTA

PAULO GUERETA



■ A Polícia Federal vai retomar cerca de 100 inquéritos sobre lavagem de dinheiro, corrupção e crime de ‘colarinho branco’ que estavam parados com a decisão liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, de bloquear repasses de informações do COAF para investigações do MP e Polícia. Agora que a Corte, por unanimidade, liberou os relatórios, o giroflex será religado.

### Ocultados

■ O portal do Banco Nacional de Mandados de Prisão, atualizado pelo Conselho Nacional de Justiça, está mais detalhado para a busca. Mas desde o governo anterior não divulga mais o total de mandados de prisão em aberto. E são centenas de milhares.

### Embaixador

■ A pequena cidade de Corrente, no Piauí, ganhou apoiador de peso para demandas em Brasília. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, tornou-se um embaixador informal do município e abre-portas. Boa parte de seus familiares reside lá.

### Itamaraty de olho

■ O Brasil - e o presidente Jair Bolsonaro - serão novo alvo de ataques, pelo menos nos bastidores, na COP25 em Madri, de segunda-feira até dia 13 de dezembro.

### Instituto do General

■ Merecidamente, pelo seu currículo e exemplo

cidadão, o general Villas Boas - ex-comandante do Exército - hoje enfermo, ganhará um instituto com seu nome, “com a missão de melhorar a vida das pessoas”, informam as redes sociais. Lançamento será com eventos na quarta e quinta-feira.

### SP segura

■ O Comando de Policiamento Metropolitano de São Paulo ostenta hoje 6,20 ocorrências a cada 100 mil habitantes no Estado. É o menor índice da série histórica, desde 2001. Acredite, proporcionalmente São Paulo tem menos mortes violentas que Miami (11,57), Washington (16,15) e Chicago (24,07).

### Jazz & Poder

■ Point dos ministros do Judiciário e das bancas mais milionárias de Brasília, o Balcony Bar foi vendido pelo renomado gourmet José Luiz Paixão a um empresário paulistano. A festa de posse da nova mesa presidência do STJ será no bar, no fim deste ano.

## ESPLANADEIRA

■ O Ministério da Mulher, por meio da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa, realiza na segunda-feira, em Aracaju, a palestra “Aborto, o que não se fala sobre o tema.”

■ O Banco da Providência, que atua em comunidades com os mais baixos IDH do Rio de Janeiro, promove de 4 a 8 de dezembro a 59ª edição da Feira da Providência no Riocentro.

Publicada diariamente em 51 jornais de 25 estados, em capitais e interior  
Com Equipe DF, SP e PE / reportagem@colunaesplanada.com.br. Twitter @colunaesplanada / Facebook : Coluna Esplanada. Leia mais em [odia.com.br](http://odia.com.br)

# OPINIÃO

## CRÔNICAS E ARTIGOS

# Cobrança por melhor qualidade



**Jair Bittencourt**  
deputado estadual  
pelo PP-RJ

Fiscalização e ação são palavras que resumem os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Alerj para investigar as irregularidades cometidas pelas concessionárias de energia elétrica que atendem a população do Estado do Rio de Janeiro. Não à toa, eu e demais integrantes da CPI apresentamos no relatório final medidas para acabar com o descaso da Light e da Enel na prestação de serviços. Segundo o Tribunal de Justiça do Rio, nos últimos cinco anos, pessoas físicas e empresários fluminenses moveram cerca de 300 mil processos contra as duas concessionárias. Há vários anos, a Light lidera o ranking das empresas com mais processos.

Considerando o grande número de ações, uma das maiores conquistas da CPI foi a criação do juizado especial cível da energia elétrica através de uma indicação legislativa. Com isso, demos o pontapé inicial para tratar o tema com a seriedade que merece. Afinal, energia elétrica é um serviço que impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e, indo além, é ponto de partida para o desenvolvimento do estado. Sem luz, o comércio fecha suas portas, empreendimentos são impedidos de iniciarem suas atividades no interior do estado e produtores rurais não irrigam suas lavouras.

Existem casos de empresários que querem investir no estado, gerar empregos, pagam a taxa para montar seu negócio, mas depois são informados de que vai demorar até quatro anos para ligar a rede de energia. Quando falamos de energia elétrica, estamos tratando também sobre a retomada da economia no Rio de Ja-



neiro. Portanto, é inaceitável levar tanto tempo para um negócio começar a funcionar devido à lentidão das prestadoras de serviço.

As concessionárias alegam dificuldades de fornecimento e de realizarem a medição em áreas de conflito, além de alto índice de furtos de energia, mas isso não justifica tanta morosidade e irregularidades. Há mortes por contatos com a rede elétrica e inúmeras reclamações para sanar ocorrências de suspensão de energia. O relatório aprovado na comissão apresenta 47 recomendações a órgãos públicos e sugestão de apoio a quatro projetos de lei, como o que obriga as concessionárias a apresentarem a conta de consumo com a duração da interrupção do fornecimento de energia de cada unidade consumidora, o que evitaria abusos de cobrança.

Outro ponto importantíssimo do relatório é o convênio entre a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agенера) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para maior fiscalização das concessionárias, fator que vai estimular a justa punição em casos de abusos e maior responsabilidade na prestação de serviços. A diminuição da alíquota do ICMS da energia elétrica é outra prioridade, pois afeta diretamente o orçamento do trabalhador.

Como representantes do povo, é nosso dever abrir caminhos para garantir os direitos básicos do cidadão fluminense em qualquer região do estado. Agora, é esperar os desdobramentos e as respostas. O trabalho apenas começou. Estamos atentos e vamos cobrar.

## Uso de pardais e lombadas eletrônicas



**Dionísio Lins**  
presidente da  
Comissão de  
Transportes da Alerj

Número excessivo de equipamentos eletrônicos existentes na cidade do Rio de Janeiro, hoje são cerca de 926 equipamentos, com a finalidade de aplicar multas aos motoristas que descumpram as leis de trânsito, vem trazendo grande preocupação. Mais conhecidos como pardais ou lombadas eletrônicas, esses equipamentos normalmente são instalados atrás de árvores, postes ou em sequência, como ocorre na Estrada do Catonho, que liga Jacarepaguá até Sulacap.

Mas o que mais chama a atenção é a falta de informação por parte da prefeitura e da CET-Rio no que diz respeito ao desligamento e instalação de novos equipamentos nas ruas da cidade, que aparecem da noite para o dia e, sem nenhum estudo técnico, acabam sendo colocados em locais considerados áreas de risco, onde o número de assaltos e roubos de veículos é muito grande, fazendo com que o motorista não saiba se reduz a velocidade e corre o risco de entrar para a estatística, ou acelere e acabe sendo multado.

Toda essa situação deixa uma dúvida no ar, que é a possibilidade da exis-

tência de uma indústria de multas no Rio de Janeiro. Porém, acredito ser de fundamental importância que o executivo municipal seja mais claro e transparente na divulgação correta do número de equipamentos que estão sendo instalados, o quanto está sendo arrecadado e onde efetivamente esse dinheiro está sendo aplicado, pois até o momento não sabemos se esses equipamentos tem a finalidade de ajudar ao trânsito ou arrecadar para os cofres públicos.

Vale ressaltar que chegam aos órgãos de trânsito inúmeras reclamações de motoristas advertindo sobre a instalação dos equipamentos em locais de difícil visualização, além da falta de sinalização adequada e limite de velocidade permitida com placas colocadas à 300m, 200m e 100m respectivamente. Para se ter uma ideia, em 2018 a arrecadação com multas de trânsito e radares passou dos R\$ 244 milhões milhões. Lembramos ainda que o parágrafo 1º e 2º do Artigo 320 do Denatran determina que 4% da receita proveniente da arrecadação com a aplicação de multas de trânsito deva ser depositado no Fundo Nacional de Segurança de Trânsito (Funset); e apesar de toda a propaganda feita, ninguém sabe na verdade para onde vai toda essa verba.

Outro detalhe que nos chama a

atenção e é de extrema preocupação, diz respeito a pardais eletrônicos estarem sendo ligados diretamente na rede elétrica da Light e sem nenhum tipo de medidor de consumo do equipamento, fato esse constatado pela empresa fornecedora de energia na estrada do Pau Ferro, em Jacarepaguá. Leis são para serem cumpridas e não discutidas; desde que não tragam prejuízo para o bolso do cidadão que é obrigado a pagar seus impostos mensalmente e sem atraso.

E nesse contexto estão incluídas as normas de trânsito que devem ser respeitadas. Mas uma dúvida não sai da cabeça dos motoristas: como confiar em uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jaris), já que mais de 80% dos recursos apresentados pelos motoristas são indeferidos? Qual seria a verdadeira intenção com a proliferação desses pardais? Educar ou arrecadar?

Creio que para dirimir qualquer dúvida em relação a infração, seria prudente que os agentes de trânsito fotografassem o veículo como prova do erro. Penalizar o excesso de velocidade, avanço de sinal e dirigir depois e ingerir bebida alcoólica colocando em risco a vida de outras pessoas é mais do que correto. Agora, multar indiscriminadamente, na maioria das vezes sem comprovar o erro, é completamente inaceitável.

**O DIA** DISQUE REDAÇÃO: 2222-8069 E 98921-1888

ASSINATURA E CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR: 2222-8600

**PRESIDENTE:**  
Luiz Alberto Albuquerque

**DIRETORA DE REDAÇÃO**  
Carla Alves

**EDITOR-CHEFE**  
Marco Antonio Rocha

**DEPARTAMENTOS:**  
**Agência O DIA:** E-mail: [agencia@odia.com.br](mailto:agencia@odia.com.br). Venda de fotos e textos: 2222-8021, 2222-8560 e 2222-8265  
**Fax Diretoria:** 2507-1038

**Parque Gráfico:** 3891-6000. Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfca  
**Gerência Industrial:** 3891-6002 **Gerência de Circulação e Logística:** 3891-6005

**Preço de venda em banca:** RJ, MG, SP e ES: R\$ 1,50 (dias úteis) e R\$ 3 (domingos). Distrito Federal: R\$ 3,60 (dias úteis) R\$ 4,40 (domingos). Demais estados: R\$ 4,20 (dias úteis) R\$ 5,10 (domingos)

**Exemplares atrasados:** Capital: Preço de capa - Demais localidades: preço de capa + postagem. Mais informações: Tels: (21) 2222-8086/2222-8136 - Central de Promoções - Av. Dom Hélder Câmara 164 Benfca, (Parque Gráfico O DIA) - das 9h às 17h.

**São Paulo:** Avenida Irai 300 - Sala 306 - Indianópolis. CEP: 04082-000. Tels: 11 94704-2393 / 11 99623-7645 / 11 99973-8313

**Brasília:** Tel: (61) 98112-2227.

**Promoções:** [promocoes@odia.com.br](http://promocoes@odia.com.br)  
**Classificados:** 2532-5000 - De 2ª a 5ª das 9 às 18h e 6ª das 9h

às 19h. Todos os cadernos de classificados somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio.

**Anúncios de Noticiário:** 2222-8338 / 2222-8631 / 2222-8388. Anúncios para o Interior: 2222-8279 - Negociações com agência: 2222-8388 Outros estados: 2222-8279 - De 2ª a 6ª, das 10h às 18h. Atendimento ao jornalista: 3891-6012 - De 2ª a 6ª, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 17h.

**Editora O DIA LTDA.** Rua dos Inválidos 198, 2º andar, Lapa - CEP: 20.231-048 - Rio de Janeiro - RJ.

**O DIA** é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).